



## UTILIZAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM ESTUDO APLICADO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Andreza Cristiane Silva de Lima<sup>1</sup>

Iara Maria de Andrade Silva<sup>2</sup>

Nadielli Maria dos Santos Galvão<sup>3</sup>

José Jonas Alves Correia<sup>4</sup>

Luiz Carlos Miranda<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar as demonstrações contábeis de PMEs, identificando se há ausência de demonstração(ões) tratadas pela NBC T 19.41, e realizar uma análise crítica da percepção dos contadores quanto ao uso dessa norma. Para tanto, utilizou-se de uma amostra com 10 (dez) PMEs do Estado de Pernambuco. Foi realizada uma análise documental, cujo material foi disponibilizado por um jornal de grande circulação do estado de Pernambuco. A seleção da amostra, portanto, foi por critérios de conveniência. O trabalho se deu com uma abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que, as demonstrações das PMEs de Pernambuco apresentam-se parcialmente em conformidade com a norma, e que, apesar de não haver exigência em relação à elaboração de todas essas demonstrações para empresas desse porte, suas demonstrações passam a apresentar maior confiabilidade e transparência, sendo assim, as empresas contribuem para melhores relações no mercado. Quando realizada uma análise crítica quanto ao uso da referida norma por parte dos contadores que atuam com PMEs, observou-se na literatura que, boa parte dos profissionais contábeis não tem conhecimento aprofundado sobre a NBC T 19.41. Talvez isso ocorra porque as PMEs brasileiras não demandem relatórios contábeis com o nível de sofisticação definido nessa norma.

**Palavras-Chave:** Convergência Contábil. IFRS. NBC T 19.41. Pequenas e Médias Empresas.

**Abstract:** This study aims to analyze the financial statements of SMEs, identifying if there is no demonstration (s) addressed by NBC T 19:41, and perform a critical analysis of the perception of accountants regarding the use of this standard. Therefore, we used a sample of ten (10) State of Pernambuco SMEs. Documentary analysis, whose material was made available by a major newspaper in the state of Pernambuco was held. The selection of the sample, so it was for convenience criteria. The work was given to a qualitative approach. The results indicated that the statements of Pernambuco

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco-UFPE - andrezacslima@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco-UFPE-iaramandrades@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS)-profa.nadielligalvao@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)- jhonnasallves@hotmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)- mirandaphd@gmail.com

SMEs present in part in accordance with the standard, and that, although there is no requirement for the formulation of all these statements for companies of this size, their statements come to have greater reliability and transparency, therefore, companies contribute to better relations in the market. When performed a critical analysis about the use of this standard by the accountants who work with SMEs, it was observed in the literature, most of the accounting professionals has extensive knowledge on NBC T 19:41. It may be because the Brazilian SMEs do not demand financial reports with the level of sophistication defined in this standard.

**Keywords:** Accounting convergence. IFRS. NBC T 19:41. Small and Medium Business.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade foi introduzido no Brasil através das leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e, por sua vez, trata da uniformização das demonstrações contábeis das entidades brasileiras aos padrões internacionais, cujo objetivo é possibilitar a comparação desses demonstrativos com os demonstrativos dos demais países que adotam tal medida. Nessa perspectiva, foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*), órgão regulador das normas internacionais da contabilidade, encarregado pelo processo de convergência mundial (ANTUNES *et al.*, 2012).

Ao falar-se em convergência da contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), nota-se o interesse de pesquisadores em identificar como, na prática esse processo está acontecendo. Tal processo foi aplicado a partir de 2010, através da Resolução CFC nº 1.255/2009, que aprovou a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a qual apresenta a forma de elaboração das demonstrações contábeis para PMEs bem como, as demonstrações que são exigidas.

Além do processo de convergência das IFRS, outra questão que, apesar de não ser obrigatória para algumas entidades, mas que, uma vez adotada, apresenta um nível maior de credibilidade, é a publicação dessas demonstrações que, além de apresentar transparência, possibilita à concessão de crédito e avaliação sobre o poder de pagamento por parte de bancos e outras empresas, de terceiros.

A NBC T 19.41, prevê sua aplicação no Brasil, às sociedades por ações, fechadas, mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, além de sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não se enquadrem à lei nº 11.638/2007, aplicada à sociedade de grande porte. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar as demonstrações contábeis de Pequenas e Médias Empresas de Pernambuco, identificando se há ausência de demonstração(ões) tratadas pela NBC T 19.41, e realizar uma análise crítica da percepção dos contadores quanto ao uso dessa norma.

A presente pesquisa é exploratória, pois, embora sejam notáveis estudos na literatura contábil que tratam das PMEs, estudos que visam verificar a aplicabilidade dessa norma no Estado de Pernambuco, não foram localizados até o presente momento (2016), assim, o trabalho se justifica pelo fato das PMEs serem as responsáveis pela maior movimentação econômica do país, já que a maioria das empresas do Brasil é classificada como desses portes.

Para analisar os dados, foi feita uma pesquisa documental que, para Silva e Grigolo (2002), vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, caracterizando-a como qualitativa e, utilizando-se do método dedutivo, que é uma técnica fundamentada em esclarecer as ideias através de um raciocínio em cadeia. Para isso, foi utilizada uma amostra com 10 (dez) empresas, cuja seleção ocorreu através das publicações em um jornal de grande circulação no Estado de Pernambuco, o Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

Em termos estruturais, o trabalho está dividido em cinco seções, subdivididas da seguinte forma: (1) a introdução, onde existe a abertura do assunto e como a temática vai ser abordada; (2) o referencial teórico, apresentando uma discussão da representatividade das PMEs, o processo de convergência das normas, sua aplicação e estudos anteriores sobre a percepção dos contadores em relação à IFRS aplicada às PMEs; (3) como a pesquisa foi desenvolvida e os materiais coletados e utilizados; (4) os resultados alcançados com a pesquisa; (5) a conclusão das discussões incorridas.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Participação das Pequenas e Médias Empresas na Economia do Brasil**

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) têm grande representatividade na economia do país, pois representam 99% das empresas e 52% de emprego. Juntas, elas formam a maioria da população jurídica e no Brasil, são protegidas de forma jurídica, social e moral. Nesse sentido, a Constituição Federal, através do seu art. 146, II, d, c/c art. 1º da Lei Complementar 123/2006, afirma que, este tipo de empreendimento, caracterizado por apresentar fragilidade econômica e financeira, demanda uma atenção maior da população e, principalmente do Estado, a fim de que sobrevivam frente à concorrência natural do mundo capitalista em que se vive. Assim, a atenção a que se refere essa discussão, trata-se no sentido de proteger, facilitar e beneficiar todas as atividades relacionadas ao registro nos órgãos públicos, ao acesso a créditos, ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e, ainda, a apuração e recolhimento dos tributos.

Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Aplicado no Estado de Pernambuco.

Muito se confunde a classificação de micro, pequenas e médias empresas. Nessa perspectiva, Chér (1991) diz que, há vários parâmetros de definição das pequenas e médias empresas, a maioria das vezes dentro de um mesmo país, como é o caso do Brasil. Vale ressaltar que, existe uma dificuldade em classificar principalmente, média empresa, algo também evidenciado por Lima (2001). Dessa forma, elas podem ser classificadas conforme o número de empregados e faturamento bruto anual. Como este estudo tratará apenas das PMEs, serão apresentados apenas os números para as entidades que se enquadram nesses tipos. Diante disso, o quadro 1 apresenta a classificação de PMEs através do número de funcionários, sendo esses dados apresentados pelo Sebrae e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

**Quadro 01-** Classificação das empresas com base na quantidade de empregados.

<b>PORTE DA EMPRESA</b>	<b>FATOR DE CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>SUBDIVISÃO</b>	<b>PEQUENA EMPRESA</b>	<b>MÉDIA EMPRESA</b>
Sebrae	Pessoas Ocupadas e Receita Bruta	Indústria e Construção	De 20 a 99	De 100 a 499
		Comércio e Serviços	De 10 a 49	De 50 a 99
Mercosul	Pessoas Ocupadas e Receita Bruta	Indústria	De 11 a 40	De 41 a 200
		Comércio e Serviços	De 6 a 30	De 31 a 80

Fonte: Extraída do *site* do SEBRAE.

Assim como já foi abordado anteriormente ao quadro 1, as PMEs são classificadas tanto pelo número de funcionários quanto pelo faturamento anual. Então, a LC 123/2006, BNDES, Sebrae e Mercosul, com base no faturamento anual, classificam tais empresas de acordo com o quadro 2.

**Quadro 02 –** Qualificação das PMEs.

<b>AGENTE NORMATIVO</b>	<b>FATOR DE QUALIFICAÇÃO</b>	<b>SUBDIVISÃO</b>	<b>PEQUENA EMPRESA</b>	<b>MÉDIA EMPRESA</b>
LC 123/2006	Receita Bruta	-	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00	Não se aplica.
BNDES	Receita Bruta	-	Acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 16 milhões	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
Sebrae	Pessoas Ocupadas e Receita Bruta	Indústria e Construção	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00	Não classifica. <sup>6</sup>
		Comércio e Serviço	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00	
Mercosul	Pessoas Ocupadas e Receita Bruta	Indústria	Até US\$ 3,5 milhões	Até US\$ 20 milhões
		Comércio e Serviços	Até US\$ 1,5 milhão	Até US\$ 7 milhões

<sup>6</sup> Não foi encontrada a classificação do Sebrae sobre Média Empresa com base no faturamento/receita anual. REGMPE, Brasil-BR, V.2, Nº1, p. 45-64, Jan./Abr.2017 <http://www.regmpe.com.br> Página 48

Fonte: Adaptado de Anjos (2009), a partir da LC 123/2006; BNDS (2015); SEBRAE (2015); Resolução Mercosul GMC n° 90/93.

Para Caneca (2008), as empresas desses portes, vêm se tornando cada vez mais importantes dentro da economia nacional e se destacam, principalmente, por serem as responsáveis na geração de emprego e renda do país. De acordo com dados do Sebrae (2014), as Micro, Pequenas e Médias Empresas compõem 99% dos estabelecimentos formais existentes no Brasil, o que contempla também às PMEs. Os pequenos negócios representam 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, expõe que: “em valores absolutos, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou em dez anos, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011, em valores da época”. Então, diante desses dados, observa-se a representação que essas empresas possuem.

## **2.2 Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras**

A Contabilidade é tão antiga quanto o homem primitivo. Nos primórdios, não possuía a sistematização e padronização existente na atualidade, sendo seu desenvolvimento vindo a acontecer desde a pré-história, pelo fato do homem sentir a necessidade de controlar a sua riqueza. Mesmo em época onde ainda não existia a moeda, o homem ou o chefe do seu povoado precisava ter o controle sobre os seus bens e até hoje, é vista a necessidade de se utilizar de práticas contábeis em toda e qualquer entidade que possua patrimônio (BUESA, 2010).

Segundo Botinha e Lemes (2013), a emissão das IFRS para PME, elaboradas pelo IASB, tem o objetivo de simplificação. A simplificação ocorre através de redução de divulgações, linguagem, omissão de alguns tópicos que podem trazer irrelevância às PMEs, formas de mensuração e demais informações que possam apresentar subjetividades das IFRS completas.

Uma discussão semelhante foi trazida por Neag (2010), o qual afirma que, pelo fato das PMEs apresentarem uma posição importante na economia mundial, às informações contábeis ora fornecidas, também devem ter este mesmo papel de importância. No ambiente empresarial, quando se trata da aplicação das IFRS às PMEs, existe uma comparação entre o custo dessa divulgação e o benefício que tal divulgação pode trazer, por outro lado, o autor considera que as IFRS para PMEs é ainda complexa para microentidades.

Há muito tempo as PMEs adotaram controles por meio de processos obrigatórios, como o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), e agora surge também a necessidade das empresas adaptarem suas práticas contábeis para o padrão internacional de contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Contabilidade). A IFRS surgiu para atender à demanda dos usuários por informações financeiras mais confiáveis, esta ação busca a uniformização e concentração do processo de produção das normas, orientando sempre a convergências da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (ASSIS, BOTINHA, SIRLEY, 2013).

### **3.3 Implantação das IFRS nas PMEs Brasileiras e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Com a aprovação da NBC T 19.41, as PMEs brasileiras começaram a elaborar as demonstrações contábeis seguindo o padrão internacional a partir do exercício de 2010. Contudo, viu-se que existe resistência quanto à sua aplicação, já que a norma não prevê punição, caso não seja aplicada e a lei fiscal não obriga sua utilização, assim sendo, a maioria acaba seguindo a lei.

As demonstrações contábeis se referem a relatórios produzidos pelos dados adquiridos da contabilidade. Os inúmeros procedimentos contábeis que ocorrem a cada período são organizados e submetidos a evidenciar, por exemplo, a situação patrimonial da empresa em um dado momento, ou demonstrar quais foram às alterações ocorridas em seu patrimônio líquido de um ano para o outro, ou ainda desdobrar os passos que levaram a empresa a atingir um determinado resultado (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

De acordo com a norma, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades, são: Balanço Patrimonial (BP), ao final do período; Demonstração do Resultado (DR), do período de divulgação; Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), do período de divulgação; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), para o período de divulgação; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), para o período de divulgação e; as Notas Explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

A norma também ressalta que, caso as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros dos períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis, a entidade pode apresentar uma única Demonstração dos

Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) no lugar da DRA e da DMPL. E também no caso de a entidade não possuir item algum de resultado abrangente, para nenhum dos períodos para os quais as demonstrações são apresentadas, não há necessidade da apresentação da DRA, apenas da DR. As demonstrações contábeis e notas explicativas das entidades devem ser apresentadas de forma clara, e deve distingui-las de outras informações presentes no mesmo documento. Diante disso, o quadro 3, apresenta-se o que vem a ser cada demonstração que estes tipos de entidades devem elaborar.

**Quadro 3 – Demonstração Contábeis para as PMEs.**

<b>DEMONSTRAÇÃO</b>	<b>DEFIÇÃO</b>
Balanço Patrimonial	Demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial e financeira da entidade em uma determinada data, divididos em ativo, passivo e patrimônio líquido. Onde se pode visualizar origem e aplicações, a riqueza da entidade.
Demonstração de Resultados	Demonstração que apresenta todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período, com exceção àqueles que são reconhecidos no resultado abrangente.
Demonstração de Resultado Abrangente	Evidencia a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resulta de transações e outros eventos, as entidades devem apresentar seu resultado abrangente do período em duas demonstrações – a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do resultado abrangente, com objetivo de apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Evidencia a movimentação das contas que compõem o patrimônio líquido, durante o exercício social, incluindo a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Evidencia as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa durante o período de apuração, demonstrando separadamente as alterações das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
Notas Explicativas	Fornecem informações adicionais necessárias para esclarecimento da situação patrimonial da entidade, descrevendo de forma detalhada alguns itens contidos nas demonstrações contábeis divulgadas. Indicando em cada item das demonstrações contábeis, a referência em que se encontrará a nota explicativa referente àquele item.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Tais demonstrações, uma vez elaboradas, melhoraram a qualidade das informações que os gestores podem estar recebendo e apresentando aos usuários, seja credores, acionistas ou demais usuários, pois são capazes que trazer comparabilidade das demonstrações financeiras de forma mais clara, assim facilitando as tomadas de decisões sobre créditos, financiamentos e investimento das PMEs.

### **2.3 Estudos Anteriores sobre a percepção dos contadores quanto ao uso da NBC T 19.41**

A contabilidade e elaboração das demonstrações contábeis das PMEs brasileiras são feitas, em sua grande maioria, por escritórios de contabilidade, pois este tipo de entidade, não possui a obrigação de ter um contador no seu quadro de empregados, tornando mais viável a terceirização do serviço. Dessa forma, fica evidente que os principais responsáveis pela aplicação ou não da NBC T 19.41, são os escritórios de contabilidade. Diante dessa exposição, este módulo apresentará estudos que tratam em evidenciar a percepção dos contadores quanto ao uso da norma aplicada às MPES.

A fim de realizar um estudo com o objetivo de pesquisar quais os serviços contábeis estão sendo ofertados pelos profissionais da área contábil que atendem às pequenas e médias empresas, ou seja, identificar o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas “IFRS for SME”, no Brasil, adotada pela Norma Técnica 19.41, Alves *et al.* (2013), fez uma entrevista com 32 escritórios de contabilidade na cidade de Recife-PE. Os resultados apontaram que as normas ainda não eram utilizadas e que, alguns dos profissionais entrevistados, não apresentaram conhecimento sobre as mudanças geradas pelo processo de convergência contábil. Outro resultado encontrado na pesquisa, é que a maioria dos profissionais contemplados no referido estudo, informou não enxergar a necessidade de adoção das normas internacionais de contabilidade para as PMEs.

Ainda dentro dessa visão, Jesus *et al.* (2015), realizou um estudo com o objetivo de investigar a percepção dos contabilistas do município de Juazeiro-Bahia, em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para as PMEs, cuja denominação se dá pela IFRS. Como resultado, obteve-se que, os contabilistas respondentes, consideram que as IFRS aplicadas às PMEs apresentam conteúdo de difícil compreensão, mas que sua adoção, melhoraria a qualidade das informações contábeis elaboradas por empresas desse porte nessa região. Quanto à obrigatoriedade de algumas demonstrações para empresas desse porte, a maioria dos contabilistas demonstrou não conhecer e que não adotaram a IFRS PMEs para as empresas em que prestam serviço.

Para verificar a percepção dos profissionais contábeis frente à adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina, tendo em vista a incipiência do tema no âmbito internacional de convergência das práticas contábeis, Beck *et al.* (2014), realizou uma pesquisa enviando um questionário aos profissionais de contabilidade atuantes nos escritórios do Vale do Itajaí (região do estado de Santa Catarina). O resultado da pesquisa verificou o grau de importância atribuído pelos contabilistas aos aspectos relacionados à adoção das IFRS PME. Vale ressaltar, a capacidade de aprender, pensar, interpretar e

construir raciocínios e para conhecimentos multidisciplinares, duas competências que foram muito bem-aceitas pelos respondentes, mas que não existem sem aperfeiçoamento científico. Por fim, concluiu-se que dentre os principais aspectos contidos na métrica utilizada, na perspectiva dos contadores, todos os 17 aspectos relacionados à adoção da IFRS PME apresentaram um índice de importância acima de (0,50), ou seja, refletindo que não há aspectos compreendidos como não impactantes em relação a adoção do CPC PME.

Continuando os estudos da percepção dos contadores sobre as normas aplicadas às PMEs, para os quais, nota-se a aplicação em vários estados e municípios do Brasil, Menezes *et al.* (2013), com o objetivo verificar a percepção dos contabilistas que atuam em Campina Grande – PB sobre a convergência da contabilidade das pequenas e médias empresas aos padrões internacionais, aplicou um questionário a 40 contabilistas. Os resultados apontaram que os respondentes não desconhecem totalmente o atual processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, portanto, a aplicabilidade dos procedimentos contábeis conforme o Pronunciamento Técnico destinado às pequenas e médias empresas tem ocorrido quando as práticas coincidem com aquelas que, no geral, vinham sendo realizadas.

Outro estudo que também vale ser destacado é a dissertação de Moraes (2012), a qual teve como objetivo analisar a percepção de contabilistas do Estado de Mato Grosso sobre educação profissional continuada em IFRS para PMEs. Assim sendo, foi aplicado um questionário a contabilistas das empresas de serviços contábeis ativas do Estado de Mato Grosso, obtendo um total de 302 respostas. O resultado do estudo apontou um efeito positivo em relação à educação continuada IFRS para PMEs, além de reconhecer a possibilidade de melhora no desempenho profissional, assim como maior empregabilidade e rendimentos.

Diante dessa discussão, sugere-se que a importância da aplicabilidade da norma em destaque, deveria ser ressaltada durante a formação desses profissionais, seja na graduação, pós-graduação, educação continuada. Nessa perspectiva, o estudo de Costa e Paulo (2014), teve como objetivo identificar na percepção de mestrandos e doutorandos em ciências contábeis, quais conhecimentos e habilidades são necessários para que um profissional contábil tenha condições de aplicar os normativos IFRS para pequenas e médias empresas. Como resultado, obteve-se que a maioria dos respondentes demonstra que os conhecimentos em teoria da contabilidade, ética nos negócios e contabilidade internacional são importantes para o profissional contábil. Além disso, indicaram ainda a necessidade de compreensão das

atribuições do IASB, CPC<sup>7</sup>, CFC<sup>8</sup>, RFB<sup>9</sup> e CVM<sup>10</sup>, que tenha uma boa capacidade de análise e síntese, e que participe de programas de educação continuada. Constatou-se ainda que, por mais que a grande maioria dos respondentes não possua um elevado conhecimento sobre os IFRS aplicáveis às pequenas e médias empresas, eles consideram importante a adoção das normas internacionais nas PMEs.

Um estudo semelhante ao de Costa e Paulo (2014) foi realizado por Mazzioni (2016), o qual teve como objetivo avaliar a adoção das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas por meio da percepção dos Bacharéis em Ciências Contábeis, cuja análise foi feita através de um questionário. Os resultados mostraram que a maior parte dos entrevistados afirmou ter adotado procedimentos como de recuperabilidade, imparidade, elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Além disso, relataram que, para que se obtenha uma informação contábil de maior relevância, existe a necessidade de capacitar os funcionários e de conhecer melhor as atividades dos clientes, ou seja, esses são os principais impactos causados pela adoção do CPC PME, no entanto, há escassez de profissionais capacitados para aplicação da referida norma.

Discutir a respeito da percepção desses contadores sobre esta norma, nos remete também a entender o nível de compreensão que tais profissionais possuem sobre a mesma. Assim, Pedroza e Cavalcante (2014), realizou um estudo com o objetivo de investigar o nível de compreensão de contadores do Estado da Paraíba em relação à IFRS para PMEs. Indicou-se que os itens relacionados ao Reconhecimento de Receitas de Contratos de Construção, Reconhecimento de receita de vendas e Compreensão do conceito de PME segundo a IFRS foram considerados os itens mais difíceis do teste. Outro resultado apontado é que os itens que mais discriminaram o indivíduo habilitado do indivíduo não habilitado foram os relativos à Reconhecimento de arrendamento mercantil, Mensuração subsequente de ativo imobilizado e perda por irrecuperabilidade e Mensuração subsequente de estoques. De modo geral, verifica-se que o conhecimento a respeito da norma não está satisfatório ao demandado pela IFRS.

No âmbito internacional, Albu e Albu (2010), realizaram uma pesquisa para tratar questões a respeito da implementação da IFRS para PMEs na Romênia. Para tanto, foi feita uma revisão da literatura pertinente, com o intuito de discutir os problemas com a base conceitual padrão, tais como o conceito de PME e as necessidades dos usuários, e também,

---

<sup>7</sup> Comitê dos Pronunciamentos Contábeis.

<sup>8</sup> Conselho Federal de Contabilidade.

<sup>9</sup> Receita Federal do Brasil.

<sup>10</sup> Comissão de Valores Mobiliários.

identificar possíveis distorções na aplicação da IFRS para PMEs no referido país. Assim sendo, a análise do regulamento atual da Romênia (OMFP 1752) *versus* IFRS (para as PMEs) mostrou que ainda há muitas inconsistências em nível conceitual e normativa, algo que é mais enfatizado na prática, observado durante as entrevistas realizadas.

Uyar e Gungormus (2013), realizou um estudo com o objetivo de investigar o conhecimento básico e as percepções dos contabilistas sobre a IFRS para PMEs. Assim, os principais resultados sugerem que os entrevistados não são altamente informados sobre a omissão de temas que tratam de IFRS para PMEs. Dessa forma, o conhecimento que possuem dos métodos de avaliação/conceitos de IFRS para PMEs se dá em nível moderado. A inadequação da formação dos profissionais de contabilidade e a falta de programas de formação organizados por organismos profissionais são considerados os mais graves obstáculos de aplicação da norma.

Nessa discussão, nota-se a resistência no âmbito nacional e internacional, tanto por parte das PMEs quanto por parte dos contadores em utilizar nas normas para PMEs, em decorrência de muitas vezes, não as favorecer. Contudo, deve-se salientar que existem também muitos pontos positivos, dentre os quais estão: aumento na comparabilidade (muito importante para empresas que possuem outras empresas em localidades diferentes), capacidade de captação de recursos no exterior, pois as demonstrações e relatórios estarão padronizados internacionalmente, facilitando a compreensão por parte dos financiadores do exterior.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa é exploratória, pois, embora seja notável estudos na literatura contábil que tratam de PMEs, pesquisas que visam verificar a aplicabilidade dessa norma no Estado de Pernambuco, não foram localizadas. Como a NBC T 19.41 tornou-se válida a partir do exercício de 2010, para fins desta pesquisa, foram utilizadas demonstrações contábeis do exercício de 2014, ou seja, após alguns anos da publicação da norma. Ela também é uma pesquisa qualitativa, pois foi realizada uma análise dos documentos observados.

Para analisar os dados, foi feita uma pesquisa documental, a qual, para Silva e Grigolo (2002), vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, caracterizando-a como quali-quantitativa e, utilizando-se do método dedutivo, que é uma técnica fundamentada em esclarecer as ideias através de um raciocínio em cadeia. O

parâmetro de análise foi a NBC T 19.41, e as demonstrações citadas no item 3.17 dessa norma, foram verificadas nas empresas selecionadas.

Para isso, foi utilizada uma amostra com 10 (dez) empresas, cuja seleção ocorreu através das publicações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, cujos materiais foram fornecidos por tal jornal por conveniência e as escolhas das entidades se deram por critério aleatório, sendo selecionadas as PMEs apresentadas no quadro 4, que apresenta as empresas ordenadas em ordem alfabética, e com informações sobre o total do ativo, utilizado como *proxy* do tamanho das empresas.

**Quadro 4** – PMEs selecionadas para o estudo.

Nº	NOMES DAS PMES	TAMANHO TOTAL DO ATIVO (Em R\$)	
		2014	2013
1	Avanti Participações S/A	11.109.619	11.176.870
2	Companhia Industrial Pirapama	16.891.073	17.464.576
3	Companhia de Tecidos Paulista	9.540.063	10.291.444
4	Daccord S/A	2.324	Não obtido. <sup>11</sup>
5	Delta Participações S/A	33.268.074	34.366.700
6	Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S/A	46.390,63	2.127.541,42
7	Mercosul Aliança S/A	2.417.898,12	2.947.003,25
8	Qualta Resort Empreendimentos Imobiliários S/A	39.438	39.410
9	TC Participações e Empreendimentos S/A	11.850.543	11.804.380
10	Usina União e Indústria S/A	158.892.517	141.246.154

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Diário Oficial de Pernambuco (2015).

Após analisar os documentos e verificar os conjuntos de demonstrações elaborados por estas entidades, foi feito um levantamento através da ferramenta *Excel* da *Microsoft*, informando cada demonstração elaborada e não elaborada por entidade, para posteriormente realizar uma análise e discussão quanto ao que pode ser observado confrontando com os estudos anteriores.

#### **4. RESULTADOS**

Nessa pesquisa, foi constatou-se que, todas as entidades da amostra elaboraram o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, porém, nenhuma das PMEs selecionadas para fazer parte da amostra, elaboraram a DRA. Por se tratar de uma

<sup>11</sup> Não foi possível obter o valor total do ativo de 2013 da empresa Delta Participações S/A, pelo fato de não estar apresentado nos documentos encontrados para esta pesquisa.

demonstração com itens específicos e nem sempre obtidos pelas entidades, inclusive por se tratar de PMEs, a não elaboração do referido demonstrativo pode ter decorrido da não necessidade, algo que é discutido por Gimenez (2012), o qual informa os seguintes itens para do resultado abrangente: (a) efeitos de correção de erros e mudanças de políticas contábeis apresentados como ajustes retrospectivos de períodos anteriores; (b) ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis; (c) ganhos e perdas atuariais; (d) mudanças nos valores justos de hedge. Assim, tais itens, muitas vezes são desconhecidos às PMEs.

Diante dessa exposição, apresenta-se o quadro 5, o qual consta um resumo das demonstrações que foram e que não foram elaboradas por cada entidade.

**Quadro 5** – Demonstrações contábeis elaboradas e não elaboradas pelas PMEs.

EMPRESA	BP <sup>12</sup>	DR <sup>13</sup>	DRA <sup>14</sup>	DMPL <sup>15</sup>	DFC <sup>16</sup>	NE <sup>17</sup>
Avanti Participações S/A	x	x		x	x	
Companhia Industrial Pirapama	x	x		x	x	
Companhia de Tecidos Paulista	x	x		x	x	
Daccord S/A	x	x		x		
Delta Participações S/A	x	x		x	x	
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S/A	x	x			x	x
Mercosul Aliança S/A	x	x				
Qualta Resort Empreendimentos Imobiliários S/A	x	x		x	x	
TC Participações e Empreendimentos S/A	x	x		x	x	
Usina União e Indústria S/A	x	x		x	x	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Diário Oficial de Pernambuco (2015).

Analisando o quadro 5, observa-se que a DMPL não foi elaborada por apenas duas das entidades estudadas, assim como a DFC. Por outro lado, nota-se que somente uma entidade, apresentou suas notas explicativas na publicação do conjunto de demonstrações contábeis, mas que algumas delas colocaram algumas observações em relação, ao final das demonstrações.

Dentre as entidades que buscaram justificar a ausência das notas explicativas, estão: a entidade Avanti Participações S/A, que não publicou, apenas comentou que tais documentos

<sup>12</sup> Balanço Patrimonial.

<sup>13</sup> Demonstração de Resultados.

<sup>14</sup> Demonstração do Resultado Abrangente.

<sup>15</sup> Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

<sup>16</sup> Demonstração dos Fluxos de Caixa.

<sup>17</sup> Notas Explicativas.

fazem parte do conjunto de demonstrações contábeis. A Companhia Industrial Pirapama e a TC Participações e Empreendimentos S/A, informaram que não houve a publicação das notas explicativas no jornal, mas que elas estão disponíveis na sede da companhia. Já a entidade Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S/A, informou que as notas explicativas e demais demonstrações contábeis que não foram publicadas, encontram-se também, disponível na sede da companhia. A entidade Usina União e Indústria S/A apresenta apenas uma nota, informando a base legal utilizada para elaboração das demonstrações contábeis, e as demais informações encontram-se disponíveis na sede da companhia.

No presente estudo, verifica-se que a DMPL e a DFC foram elaboradas por 80% das PMEs participantes da amostra. Metade da amostra elaborou /divulgou notas explicativas às demonstrações contábeis. O que se pode observar também é que, das cinco entidades que elaboraram as notas explicativas, quatro delas divulgaram apenas pequena parte do conteúdo da mesma, seguida da informação que as notas completas encontram-se nas sedes dessas entidades.

#### 4.1 ANÁLISE CRÍTICA

Confrontando os resultados obtidos com estudos anteriores discutidos neste estudo, observa-se que nas pesquisas de Alves *et al.* (2013), Jesus *et al.* (2015), Beck *et al.* (2014) e Menezes *et al.* (2013), prevalece uma certa resistência por parte dos contadores, no sentido de conhecer e aplicar esta norma. Por outro lado, Moraes (2012) já apresenta um resultado mais positivo em relação essa questão, uma vez que, os contadores entrevistados apresentaram uma visão de que o conhecimento dessa norma pode trazer bons resultados, conhecimento este que pode também ser obtido através da educação continuada.

Diante dessas evidências, ressalta-se a importância do ensinamento dessa norma na formação desses profissionais. O estudo de Costa e Paulo (2014) verificou a percepção dos mestrandos e doutorandos em ciências contábeis que tange aos conhecimentos e habilidades que são necessários para que um profissional contábil tenha condições de aplicar os normativos IFRS para pequenas e médias empresas. Foi evidenciado a necessidade de se conhecer teoria da contabilidade, ética nos negócios e contabilidade internacional, além de, entender as atribuições dos seguintes órgão: IASB, CPC, CFC, RFB e CVM. Ressaltando também, a importância da educação continuada.

Quando se fala em aplicar conteúdos tratados na norma, Mazzioni (2016) evidenciou em sua pesquisa que os bacharéis de contabilidade adotam procedimentos como de

recuperabilidade, imparidade, elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Um ponto importante seria a capacitação dos profissionais que atuam na área em conhecer melhor as atividades dos clientes, para os quais prestam o serviço contábil.

Ainda se tratando da aplicação dos conteúdos da norma aplicada às PMEs, a pesquisa de Pedroza e Cavalcante (2014), indicou que os itens relacionados ao Reconhecimento de Receitas de Contratos de Construção, Reconhecimento de receita de vendas e Compreensão do conceito de PME segundo a IFRS foram considerados os itens mais difíceis do teste. Os itens que mais discriminaram o indivíduo habilitado do indivíduo não habilitado foram os relativos à Reconhecimento de arrendamento mercantil, Mensuração subsequente de ativo imobilizado e perda por irrecuperabilidade e Mensuração subsequente de estoques.

Em nível internacional Albu e Albu (2010), realizaram uma pesquisa para tratar questões a respeito da implementação da IFRS para PMEs na Romênia. A análise do regulamento atual da Romênia (OMFP 1752) quando confrontada com IFRS para as PMEs, mostrou que ainda há muitas inconsistências em nível conceitual e normativa, algo que é mais enfatizado na prática.

Por fim, Uyar e Gungormus (2013), em pesquisa realizada mostrou que os entrevistados não são altamente informados sobre a omissão de temas que tratam de IFRS para PMEs. Dessa forma, o conhecimento que possuem dos métodos de avaliação/conceitos de IFRS para PMEs se dá em nível moderado. Assim, esse fato se dá pela inadequação da formação dos profissionais de contabilidade e a falta de programas de formação organizados por organismos profissionais.

Alinhando os resultados deste estudo a luz da literatura apresentada, nota-se que, o fato de não ser observado uma maior aplicabilidade da norma contábil para PMEs, se dá principalmente pela falta de conhecimento dos próprios profissionais quando ao uso da mesma e a importância que elas trazem ao serem utilizadas.

## **5. CONCLUSÃO**

O presente estudo teve como objetivo analisar as demonstrações contábeis de PMEs, identificando se há ausência de demonstração(ões) tratadas pela NBC T 19.41, e realizar uma análise crítica da percepção dos contadores quanto ao uso dessa norma. Para tanto, selecionou-se 10 PMEs do estado de Pernambuco, onde, de acordo com a disponibilidade do material, realizou-se uma seleção da amostra a critério aleatório.

Após analisar o cumprimento das PMEs do Estado de Pernambuco quanto às exigências da NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, no que diz respeito às demonstrações contábeis exigidas por essa norma, avalia-se que, apesar de ser uma norma com quase sete anos de aprovação, sua utilização se dá com pouca frequência.

Os principais resultados apontaram que, a DRA não foi elaborada por nenhuma das PMEs analisadas, uma vez que, tal demonstração evidencia itens que, na maioria das vezes, são desnecessários às PMEs. Assim sendo, conclui-se com este resultado que o CFC exige uma demonstração que é fora da realidade da maioria das entidades desse porte.

Observou-se também que, as principais demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, foram elaboradas por toda a amostra. Ressalta-se que, tais demonstrações são imprescindíveis para tornar possível a análise de toda e qualquer entidade, pois elas representam a situação patrimonial, financeira, econômica e operacional das entidades.

Quando realizada uma análise crítica quanto ao uso da referida norma por parte dos contadores que atuam com PMEs, observou-se na literatura que, boa parte dos profissionais contábeis não tem um conhecimento aprofundado sobre a NBC T 19.41. Talvez isso ocorra porque as PMEs brasileiras não demandem relatórios contábeis com o nível de sofisticação definido nessa norma. Diante desse resultado, sugere-se realizar mais estudos que visem entender a demanda de informações contábeis por parte dessas empresas, para recomendar alterações na NBC T 19.41.

Dentro desse cenário, pode-se concluir que, as PMEs do Estado de Pernambuco apresentam-se parcialmente de acordo com às exigências da NBC T 19.41, quanto à elaboração das demonstrações contábeis exigidas pela norma.

Ressalta-se que, os resultados desta pesquisa limitam-se a apenas uma amostra de PMEs da cidade de Recife/PE. Para pesquisas futuras, sugere-se analisar o conjunto de demonstrações de PMEs de outros municípios do Estado de Pernambuco, a fim de expandir a pesquisa e verificar se realmente, as entidades estão elaborando tais demonstrações, pesquisa esta, que poderia se estender aos demais estados do país e traçar um perfil de como a norma foi recepcionada pelos contadores que atuam com PMEs no Brasil.

## REFERÊNCIAS

Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Aplicado no Estado de Pernambuco.

ALBU, C. N.; ALBU, Nadia. *The contexto of the possible IFRS for SMEs implementation in Romania: An exploratory study*. **Accounting and Management Information Systems**, v. 9, n. 1, pp. 45-71, 2010.

ALVES, F. L.; MIRANDA, L. C.; MEIRA, J. M.; CALLADO, A. L. C. Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez, 2013.

ANJOS, L. C. M. Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas acerca da utilização da contabilidade para obtenção de financiamento. Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado). Recife, 2009.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. de. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. Vol. 10, nº 20, p. 7-21, janeiro, 2012.

ASSIS, A. I. R.; BOTINHA, R. A.; SIRLEI, L. IFRS para Pequenas e Médias Empresas: um estudo de caso da adoção inicial em uma empresa de suinocultura. In: **10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo. Anais do 10º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2013.

BECK, F.; KREUZBERG, F.; DANI, A. C.; KRESPI, N. T.; SILVA, T. P. Percepção dos profissionais contábeis do Vale do Itajaí frente à adoção das IFRS pelas PMES de Santa Catarina. **Revista Unifebe**, Brusque/SC, v. 1, n. 14, 2014.

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Sustentável. **Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

BOTINHA, R. A.; Lemes, S. IFRS para Pequenas e Médias Empresas: Percepção Sobre a Adoção das Normas Internacionais no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**. Feira de Santana, v. 5, número 3, p. 117 – 135, setembro/dezembro, 2013.

BRASIL. Constituição do Brasil - art. 146, III, d, da Constituição Federal, c/c art. 1º da Lei Complementar 123/2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 16 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em 25 de abril de 2015.

BUESA, N. Y. A evolução histórica da contabilidade como ramos do conhecimento. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*. Vol. 1, nº 1, 2010.

CANECA, R. L. **Oferta e procura de serviços contábeis para Micro, pequenas e Médias Empresas: Um estudo comparativo das percepções dos empresários e contadores**. Recife.

Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Aplicado no Estado de Pernambuco.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB) / Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2008.

CHÉR, R. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las.** 2 Edição. São Paulo: Maltese, 1991.

BRASIL. Resolução CFC nº 1.255/09. Aprova a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/de/binary/americas/0912cfcresolution.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 11.941/09. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm)>. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

COSTA, A. J. B.; PAULO, E. IFRS para Pequenas e Médias Empresas: conhecimentos e habilidades requeridos ao profissional contábil na percepção de mestrandos e doutorandos dos PPGCCs. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 1, Floriano-PI, jan-jun., p. 25-39, 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 22 de maio de 2015. Ano XCII, nº 94 – 31.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 07 de abril de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 17 de abril de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 30 de maio de 2015. Ano XCII, nº 100 – 33.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 25 de abril de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 21 de março de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 01 de maio de 2015. Ano XCII, nº 80 – 21.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Poder Executivo. Recife, 26 de maio de 2015. Ano XCII, nº 96 – 15.

GIMENEZ, L. Demonstração de Resultado Abrangente. Disponível em: <[http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas\\_base.php?id=105](http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=105)>. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Aplicado no Estado de Pernambuco.

JESUS, J. G. B.; COSTA, R. F.; SILVA, A. B. ; MENEGOTO, M. L. A. International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas: a percepção dos contabilistas de Juazeiro-BA. **In.: Congresso de Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina**, 2015.

LIMA, E. O. As definições de micro, pequena e média empresas brasileiras como base para a formulação de políticas públicas. **In.: II EGEPE**. Anais do II EGEPE, p. 421-436, Londrina/PR, novembro/2001.

LONDON, J. Um mundo de pequenas e médias empresas. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Colunistas/Jack-London/noticia/2013/07/um-mundo-de-pequenas-e-medias-empresas.html>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

MAZZIONI, S.; REBONATTO, C.; Kruger, S. D.; POLITELO, L. A percepção dos bacharéis em ciências contábeis sobre a adoção do CPC PME. **In.: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. Passo Fundo/RS, 16 a 18 de março, 2016.

MENEZES, F. D.; LUZ, J. R. M.; CARVALHO, J. R. M. Processo de convergência contábil das Pequenas e Médias Empresas brasileiras aos padrões internacionais: Percepção dos contabilistas de Campina Grande - PB. **In.: XXXVII Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro/RJ, 7 a 11 de setembro, 2013.

MORAIS, M. I. **Educação Profissional Continuada sobre IFRS para PMEs: A percepção de contabilistas do Estado de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

NEAG, R. *IFRS for SMEs are an Accounting Solution for SMEs and Micro-entities?* **Applied Economics, Business and Development**, University Mures, Tirgu Mures, n. 1, Roménia, 2010.

OLIVEIRA, A.; SILVA, A. R.; ZUCARRI, S. M. P.; RIOS, R. P. Análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. Vol. 1, nº 1, 2010.

PEDROZA, J. K. B. R.; CAVALCANTE, P. R. N. IFRS para PMEs: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item. **In.: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, 21 a 23 de julho, 2014.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. Geografia de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/conheca/geografia/>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

RESOLUÇÃO MERCOSUL GMC nº 90/93. Micro, Pequenas e Médias Empresas: Definições e estatísticas internacionais. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/seceex/mpm/forpermanente/dadsegmento/define\\_mpe.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/seceex/mpm/forpermanente/dadsegmento/define_mpe.pdf)>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. Pequenos negócios em números. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/234->

Utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nas Demonstrações Contábeis das Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Aplicado no Estado de Pernambuco.

uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. Micro e Pequenas Empresas geram 27% do PIB Nacional. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira 2014. <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

SILVA, M. B.; GRIOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UYAR, Ali; GUNGORMUS, Ali Haydar. *Perceptions and knowledge of accounting professional on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey*. Research in Accounting Regulation, v. 24, issue 1, p. 77-87, 2013.